



**RELATÓRIO FINAL DO ANO DE 2011
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DO CENTRO
UNIVERSITÁRIO UNIRG**

Gurupi, 28 de Junho de 2012

TOCANTINS

1 DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1 NOME E CÓDIGO DA IES

FUNDAÇÃO UNIRG / CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG / Código IES: 750

1.2 CARACTERIZAÇÃO DA IES

Instituição Pública, Municipal, Centro Universitário

Estado: Tocantins

Município: Gurupi

1.3 COMPOSIÇÃO CPA

MEMBROS	
NOME (assinalar com * o nome do coordenador da CPA)	Segmento que representa (docente, discente, Técnico-administrativo, sociedade civil organizada)
Claudio Carvalho Bento	Corpo Discente
Edna Maria Cruz Pinho*	Docente e Coordenadora da CPA
Erick Bruno de Sá Lima	Corpo Discente
Jean Carlo Ribeiro	Corpo Docente
João Batista Pinto de Oliveira	Sociedade civil organizada – Representando o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Tocantins / SINTET
Luciana Ribeiro Alves Costa	Corpo Técnico-administrativo
Verny de Fátima de Oliveira Fucks	Sociedade civil organizada – Representando a Diretoria Regional de Ensino / DRE/ SEDUC

Ato de designação da CPA: Ato da Reitoria nº 003/2012

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Comissão Própria de Avaliação do Centro Universitário Unirg através desse relatório situar o processo geral da Avaliação Institucional na instituição, contextualizando a trajetória de institucionalização da autoavaliação e implantação da Comissão Própria de Avaliação e respectivos resultados desenvolvidos na instituição no ano de 2011, para tal, utilizou-se como base o roteiro de relatório final sugerido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES em 2005.

A avaliação das instituições universitárias deve refletir o desempenho e a contribuição social que essas organizações precisam apresentar, assim como refletir as expectativas geradas tanto pelos agentes internos como da sociedade em geral, em relação aos sentidos e os valores desenvolvidos e representados por cada delas.

No contexto da avaliação institucional o SINAES foi instituído objetivando a melhoria da qualidade da educação superior, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais (MEC. 2004).

A institucionalização da avaliação do ensino superior e seus processos definem-se como políticas públicas que buscam a realização da responsabilidade social e científica das instituições e da educação superior pela incorporação de “todos agentes, todas as dimensões e instâncias das instituições, respeitados os papéis específicos dos participantes, a identidade e a missão de cada uma delas” (SINAES, 2007, p.98), estabelecendo assim, conceitos e concepções sobre ensino, aprendizagem, gestão e políticas de ensino.

Espera-se que os processos avaliativos gerem resultados que promovam mudanças e adequações no sistema de ensino e nas instituições de modo que façam frente às demandas sociais.

Nesse aspecto, com base no SINAES, a avaliação institucional é compreendida por três momentos, a saber:

1. **Avaliação das IES**, desenvolvida em duas etapas: a) Autoavaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação de cada IES; b) Avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP;
2. **Avaliação dos cursos de graduação** - realizada por meio de visitas de Comissões Externas *in loco*, cuja periodicidade está diretamente relacionada ao processo de reconhecimento e de renovação de reconhecimento dos cursos e por fim;
3. **Avaliação do Desempenho dos Estudantes – ENADE**- realizada com alunos dos cursos de graduação e quando há cursos de pós-graduação, a avaliação é subsidia-se nos conceitos da CAPES.

Nesse formato o sistema de avaliação tem gerado nas IES movimentos para estabelecimento de políticas internas de avaliação, principalmente no que se refere à composição das comissões próprias de avaliação - CPAs, na elaboração dos projetos, relatórios de avaliação e documentos institucionais norteadores da vida acadêmica, como Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI, projeto pedagógico de curso – PPC, entre outros, proporcionando aproximação dos atores institucionais.

Faz-se destaque para amplitude e importância que o desempenho organizacional da IES adquire nos processos avaliativos, normalmente organizados nas dimensões **técnico-operacional, pedagógica e política**.

A primeira refere-se avaliação dos critérios como produtividade e a eficiência. A segunda, refere-se avaliação dos processos educacionais propriamente ditos, e a terceira, avalia a efetividade das ações institucionais por meio da missão institucional.

E nesse universo organizacional, o quantitativo de alunos, a integralização e conclusão dos cursos, as relações entre o planejamento e a execução das atividades, a qualificação do corpo docente, a produção científica dos alunos e dos professores, os índices de aprovação e reprovação entre outros, são associados a padrões de qualidade não apenas aos resultados, mas também de eficácia, de satisfação, de desempenho e de qualidade.

Indicadores que na concepção do SINAES, compete a cada instituição no processo de avaliação institucional, conceber no seu modelo de avaliação,

observando os termos da missão, evitando assim o comprometimento da IES com processos e dimensões externas e abstratas de qualidade.

Avaliação interna aqui evidenciada é, portanto, o processo contínuo, que possibilita à IES o autoconhecimento e por sua vez, a melhoria de suas práticas e superação de seus problemas.

Avaliação interna torna-se importante no contexto institucional por um lado, pela obrigatoriedade regulatória instituída para a educação superior, e por outro lado, pela necessidade que a gestão da IES possui de incorporar atividade de avaliação como parte do processo educativo.

É nesse contexto que se insere o Centro Universitário UnirG, uma Instituição Pública Municipal de Ensino Superior, situado no município de Gurupi, na região sul do Estado do Tocantins, mantido e representado pela Fundação UnirG, entidade de direito público, possuindo o mesmo regramento jurídico dispensado às autarquias, instituída pela Lei Municipal nº 611 de 15 de fevereiro de 1985, com as alterações da Lei Municipal nº 1.566 de 18 de dezembro de 2003 e Lei Municipal nº 1.699 de 11 de julho de 2007.

A Fundação UnirG como mantenedora representa o quarto maior orçamento público do Estado, além de ser uma das maiores instituições empregadoras do Tocantins e possui atualmente 553 (quinhentos e cinquenta e três) funcionários, entre técnicos administrativos e estagiários, 392 (trezentos e noventa e dois) professores.

A instituição, criada como Faculdade Isolada em 1985, tornou-se centro universitário em 2008. Atualmente possui 15 (quinze) cursos de graduação, ofertados nas áreas de ciências médicas e da saúde (Medicina, Farmácia, Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia, Educação Física - Bacharelado), ciências humanas (Pedagogia, Psicologia, Educação Física - Licenciatura), Linguagem e Artes (Letras), Engenharia e computação (Ciência da Computação) e ciências sociais aplicadas (Ciências Contábeis, Administração e Direito, Jornalismo), que juntos totalizam 5.015 (cinco mil e quinze) acadêmicos, cuja origem é 88% tocantinense e 12% procedentes dos demais estados da Federação, cujo acesso se dá por Processos Seletivos semestrais para o Vestibular.

Como IES atua no tripé ensino, pesquisa e extensão de modo que o ensino tem evoluído e a maturidade institucional a tem levado o repensar pedagógico

constantemente, dando ênfase à construção de instrumentos de gestão, tais quais o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), a implementação das Câmaras Técnicas de Graduação, os processos de avaliação institucional, dentre outros.

Quanto à pesquisa e à extensão, mesmo com enfrentamentos e dificuldades para sua consolidação, os avanços são notórios, a exemplo das ligas acadêmicas no âmbito dos cursos da saúde e dos mais de 25 (vinte e cinco) projetos de pesquisa vinculados a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ), fomentados via edital de seleção (2009, 2010 e 2011) com envolvimento de cerca de 50 (cinquenta) professores e 25 (vinte e cinco) acadêmicos de iniciação científica. Isto tem refletido no aumento da produção científica da IES.

Pode – se mencionar conquistas na área da pesquisa e da qualificação profissional (Pós-Graduação *Stricto Sensu*) como a viabilização de um mestrado interinstitucional, possibilitando a qualificação de 18 (dezoito) docentes e a criação da revista própria, Revista Cereus, na sua quinta edição, integrante do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), processo editorial recomendados pela CAPES para administração de revistas *online*.

Assim como os projetos desenvolvidos com fomento externo, decorrente de recursos da Financiadora de Estudos e Projetos do Governo Federal – FINEP, SECT-TO, CNPq, empresas privadas, esferas pública municipal e estadual, dentre outras. Há na instituição, o Conselho de Ética em Pesquisa (CEP), responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, tanto na IES quanto aberta às submissões externas, e recentemente credenciado junto ao CEP nacional.

No contexto da avaliação institucional, ainda que de modo não sistematizado em alguns momentos, avaliação interna sempre esteve presente no cotidiano da instituição em suas diferentes instâncias acadêmicas e administrativas e nos diversos momentos antes do credenciamento da instituição como centro universitário, quando ainda era uma faculdade isolada, denominada Faculdade de Filosofia Ciências Humanas de Gurupi (FAFICH), mantida pela Fundação Educacional de Gurupi (FEG), autarquia do município de Gurupi.

Dentre eles pode se destacar o processo de autoavaliação, realizado no primeiro semestre de 2002, pautada na proposta de Modelo de Avaliação Institucional do CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), que

forneceu subsídios para elaboração do PDI 2007-2012 e demais documentos necessários ao processo de credenciamento da IES como Centro Universitário em 2008 (DECRETO n. 3.396, de 30 de maio de 2008 e DECRETO Nº. 4.447, de 28 de novembro de 2011).

Esse compromisso institucional pode ser identificado nas iniciativas da então FAFICH em gerar estrutura necessária para implantação do processo de avaliação interno, quando ainda em 2004 institui sua primeira Comissão Própria de Avaliação – CPA (RESOLUÇÃO AD – CONSU Nº 008/2004) para qual não se identificou registro dos trabalhos.

Em 2007, ainda como FAFICH, a instituição se propôs implantar o processo de avaliação na perspectiva das dez dimensões da avaliação institucional estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, com objetivo de dar continuidade e ampliar as ações de avaliação existentes na instituição dando-lhe, um caráter efetivo e participativo de modo que contribua com a gestão acadêmica, na construção do conhecimento e da sua função social.

O processo, descrito no documento do PDI (2007), tinha como estratégias de execução a composição criteriosa da comissão de avaliadores, a definição de caminhos para a sua produção, construção coletiva dos instrumentos de coleta de dados e informações e a cuidadosa definição de descritores, indicadores e escalas de medidas, além da adoção de meios para sensibilização da comunidade acadêmica como seminários e palestras, para assim consolidar a legitimidade das ações.

Nessa perspectiva, foi constituída e regulamentada a segunda CPA (RESOLUÇÃO CONSU 009/2007) da instituição, e assim como foram estabelecidas as etapas e procedimentos do processo de autoavaliação da IES que compreendiam:

a) **Análise documental** – com objetivo de diagnosticar a realidade a partir da definição de dimensões e subdimensões organizadas em quadro como segundo Tabela de Dimensões e Subdimensões encontrada no PDI (2007, p.125):

DIMENSÕES	SUBDIMENSÕES
Projeto Pedagógico	Concepção de curso
Docentes	Qualificação
Discentes	Desempenho Egressos

Infraestrutura	Laboratórios e salas Gerenciamento
----------------	---------------------------------------

b) Identificação de Problemas e Conquista - consiste na caracterização da realidade, identificação dos problemas, bem como ressaltar as conquistas consolidadas em cada uma das dimensões.

c) Identificação de Soluções - consiste no estabelecimento de solução para cada problema, aproveitando os esforços da unidade e da IES como um todo.

d) Plano de Ação - plano de ação constitui-se no elemento para a transformação positiva da realidade. Ele possibilita o estabelecimento de prazo, responsabilidade e recursos, criando medidas para acompanhamento das soluções.

e) Acompanhamento das Ações e Divulgação dos Resultados – busca o atendimento da transparência e continuidade no processo de avaliação, incentivando alcançar a meta e promovendo a ampla divulgação dos resultados.

A segunda CPA teve foi instalada e iniciou seus trabalhos em maio 2008, após processo de credenciamento da faculdade em Centro Universitário. Com algumas alterações na sua composição, a referida comissão ficou vigente no período de 2008 a 2011.

Nesse período procurou desempenhar suas atividades estabelecendo metodologia, procedimentos e objetivos do processo avaliativo com base nos documentos institucionais como Regimento Geral do Centro Universitário Unirg (art. 181 e 182), PDI (2007 – 2012), respeitando suas especificidades e dimensões, ouvindo a comunidade, e em consonância com as diretrizes da CONAES.

Para tanto, foi realizado planejamento das ações mediante plano de trabalho organizado com cronograma, distribuição de tarefas e recursos humanos, materiais e operacionais, aplicando as etapas sugeridas pelo sistema nacional de avaliação institucional que inclui preparação, desenvolvimento e consolidação, das quais, a última, por vários fatores e diversas razões de caráter institucional, financeiro, logístico, técnico, entre outros, não fora concluída em nenhum dos anos a que se refere o período.

Sem efetiva atuação da CPA no ano de 2011, a Reitoria, por meio da Pró-reitoria de graduação articulou e realizou uma semana de planejamento em que foram realizadas atividades como consultas, questionários, momentos de discussão coletiva dentre, outras estratégias voltadas à maximização do envolvimento de toda

a comunidade universitária para obtenção de dados atualizados e participativos para atualização do PDI.

A Semana de Planejamento Institucional, realizada de 22 a 26 de agosto de 2011 contou com a participação da comunidade interna e externa. Para atividade fora organizado um questionário que contemplava as dez dimensões da avaliação institucional que depois de aplicados com discentes e docentes de todos os cursos foram posteriormente tabulados considerando a maior frequência de respostas de cada questão, sistematizados e consolidados inicialmente por curso e depois por área de conhecimento.

Os relatórios da semana de planejamento, associados aos relatórios parciais da CPA, os relatórios dos processos de renovação dos reconhecimentos dos cursos (2009 -2010), resultados da avaliação externa que definiu a nota dois (02) no Índice Geral de Cursos - IGC e notas inferiores a três (03) nos resultados do ENADE 2010 dos cursos selecionados, possibilitaram o levantamento de indicadores que subsidiaram a atualização da missão e dos objetivos institucionais, bem como elaboração dos Planos de Melhorias e readequação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

3. DESENVOLVIMENTO

Segundo SINAES (2004), a adequada implementação e os bons resultados de um processo de autoavaliação pressupõem algumas condições fundamentais, a saber :

(a) equipe de coordenação, para planejar e organizar as atividades, manter o interesse pela avaliação, sensibilizando a comunidade e fornecendo assessoramento aos diferentes setores da IES, e refletir sobre o processo.

(b) participação dos integrantes da instituição, pois o envolvimento dos atores – por diferentes que sejam entre si – auxilia na construção do conhecimento gerado na avaliação.

(c) compromisso explícito dos dirigentes das IES em relação ao processo avaliativo. No entanto, isto não significa que os dirigentes devam ser os principais membros das comissões instaladas. O importante é ficar evidenciado que há um apoio institucional para que o processo ocorra com a profundidade e seriedade necessárias.

(d) informações válidas e confiáveis, pois, sendo a informação fidedigna o elemento fundamental do processo avaliativo, sua disponibilização pelos órgãos pertinentes da instituição é prioritária. Nesse sentido, a coleta, o processamento, a análise e a interpretação de informações são essenciais para alimentar as dimensões que a autoavaliação quer indagar.

(e) uso efetivo dos resultados. O conhecimento que a avaliação interna proverá à comunidade institucional deve ter uma finalidade clara de planejar ações destinadas à superação das dificuldades e ao aprimoramento institucional. Para isso, é importante priorizar ações de curto, médio e longo prazos, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas simples ou mais complexas.

Nessa amplitude, o trabalho da CPA necessita de uma articulação global para vivenciar os cinco princípios apontados como necessários ao processo avaliativo.

3.1 ATUAÇÃO DA CPA EM 2011

Com bases nos princípios estabelecidos, a CPA do Centro Universitário Unirg, estava em conformidade com as condições fundamentais exigidas pelo processo de autoavaliação, mas não conseguiu, por razões adversas a sua vontade, estabelecer as articulações internas e externas, necessárias a consolidação do primeiro e do quinto princípio, principalmente no que se refere á manutenção do interesse pela avaliação, no assessoramento aos diferentes setores, assim como no uso efetivo dos resultados, considerando a não concretização da terceira etapa do processo no que tange á consolidação dos relatórios, divulgação dos dados e balanço crítico.

Atuação da CPA no ano de 2011 incluiu participações em reuniões acadêmicas de planejamento para expor sobre processo de avaliação institucional para professores, principalmente, e de reuniões da comissão para consolidação dos relatórios de avaliação efetivada ainda no ano de 2010 e por fim, para deliberar pela solicitação de reestruturação da CPA considerando que a havia se passado os dois anos de mandato dos seus membros.

Em 03 de maio de 2012 a reitoria do Centro Universitário Unirg, por meio Ato da Reitoria, Nº 003/2012, nomeia os membros titulares e respectivos suplentes da Comissão Própria de Avaliação , com a responsabilidade de no prazo de 120 (cento e vinte) dias a partir da data de publicação do referido ato, elaborar e editar regulamento próprio da CPA que irá dispor dentre suas competências e atribuições, a forma de constituição e eleição de seus membros.

A nova CPA, cabe atribuição de reestruturar o processo de autoavaliação institucional retomando relatórios parciais de processos anteriores para atualização dos dados juntos aos órgãos regulares legalmente constituídos.

3.2 JUSTIFICATIVA

O quadro de ações relativo a dez dimensões contidas na Lei que institui o SINAES, nº 10.861, artigo 3º, não será aqui explicitado conforme sugestão de roteiro de autoavaliação institucional disponibilizado considerando a não conclusão dos relatórios do processo de avaliação realizado. O referido quadro será apresentado pela CPA atual, em relatório posterior com as devidas descrições dos resultados obtidos e suas incorporações no planejamento da gestão acadêmico-administrativa do centro universitário Unirg.

3.3 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES CPA ATUAL

Com objetivo de retomar processo de avaliação interna da instituição, a CPA atual após nomeação e instalação dos serviços estabeleceu um cronograma de atividades a partir das necessidades identificadas para reestruturação dos trabalhos.

CPA – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA 2012								
Etapas de Avaliação Interna: autoavaliação	M	J	J	A	S	O	N	D
1ª Etapa: preparação	P	P	P	P	P	P	P	P
Constituição da CPA								
Atualização regulamento CPA								
Sensibilização								
Elaboração projeto Avaliação								
2ª Etapa: desenvolvimento	D	D	D	D	D	D		D
Ações síntese e consolidação relatórios parciais anos anteriores								
Levantamento de dados e informações								
Análise das informações: relatórios parciais								
3ª Etapa: consolidação	C	C	C	C	C	C	C	C
Relatório								
Divulgação								
Balanço Crítico								

* A sensibilização deve acontecer durante todas as etapas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação em relatar a trajetória histórica do processo de avaliação institucional interna do centro universitário Unirg se dá por um lado, pela importância que a autoavaliação possui no processo de credenciamento da instituição, e por outro lado, pela oportunidade de construir o cenário da avaliação no contexto da IES.

O caminho traçado pela instituição até aqui evidencia sua preocupação com o processo de avaliação, seu compromisso com suas obrigações legais diante da comunidade interna e externa e sua disponibilidade em estabelecer procedimentos formais, processuais e qualitativos ao processo de avaliação interna.

À atual comissão recai a responsabilidade de retomada das atividades avaliativas primando por uma dinâmica coletiva e pela definição de mecanismos que possibilitem estimulação dos os três segmentos envolvidos (docentes, discentes e técnicos-administrativos), além de romper as barreiras que têm impedido a concretização de todo o processo até o momento de modo que autoavaliação se torne uma estratégia de fortalecimento e de qualificação institucional.

Gurupi, 29 de Junho de 2012.

Assinaturas:

Coordenador(a) da CPA:

Edna Maria Cruz Pinho

Membros da CPA:

Claudio Carvalho Bento

Erick Bruno de Sá Lima

Jean Carlo Ribeiro

João Batista Pinto de Oliveira

Luciana Ribeiro Alves Costa

Ronaldo Coelho Alves Barros

Verny de Fátima de Oliveira Fucks